

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 60ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reuniões de Comissões

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 – ERRATA



ATAS

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/8/2017

Presidência dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Dirceu Ribeiro e da Deputada Rosângela Reis

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagens nºs 289 e 290/2017 (encaminhando substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.807/2016 e o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.563, respectivamente), do governador do Estado; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 4.470/2017; Requerimentos nºs 8.077 a 8.093/2017 – Questão de Ordem – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Rogério Correia, Arnaldo Silva, João Leite e Doutor Jean Freire – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Questão de Ordem; Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Lafayette de Andrada – Dalmo Ribeiro Silva – Inácio Franco – Rogério Correia – Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – André Quintão – Anselmo José Domingos – Antonio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tadeu Martins Leite – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Rogério Correia, 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 289/2017

(Correspondente à Mensagem nº 320, de 28 de julho de 2017)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a V. Exa., nos termos da alínea “b” do inciso III do art. 225 do Regimento Interno dessa egrégia Assembleia Legislativa, substitutivo ao Projeto de lei nº 3.807, de 2016, que altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

O substitutivo visa a adequar o texto original com a inserção de mecanismos para a formação de fundo indenizatório de apoio ao sistema de emergência sanitária animal.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor este substitutivo.

Reitero a Vossa Excelência as considerações de estima.

Fernando Damata Pimentel

Governador do Estado

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.807, DE 2016

Altera a Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Art. 1º – Fica acrescentado ao § 3º do art. 91 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, o seguinte inciso XI, ficando o mesmo artigo acrescido dos §§ 7º, 8º, 9º e 10:

“Art. 91 – (...)

§ 3º – (...)

XI – da taxa prevista nos subitens 1.9.2 e 1.9.3 da Tabela A o contribuinte que recolher o valor correspondente à referida taxa para fundo público ou privado, com sede em Minas Gerais e com fins indenizatórios, mediante comprovação desse recolhimento.

(...)

§ 7º – Terá redução de 0,30 (zero vírgula trinta) Ufemg por bovino destinado ao abate, na taxa prevista no subitem 1.9.1.1.1 da Tabela A, o contribuinte que:

I – recolher espontaneamente o valor correspondente à redução de que trata o *caput* deste parágrafo para fundo público ou privado, com sede em Minas Gerais e com fins indenizatórios, mediante comprovação desse recolhimento;

II – recolher, para o IMA, 0,50 (zero vírgula cinquenta) Ufemg por animal destinado ao abate, em razão da taxa de expediente pela emissão da guia de trânsito;

§ 8º – O recolhimento de que trata o inciso I do § 7º deste artigo será feito, em operações interestaduais, à razão de 50% (cinquenta por cento) pelo adquirente e 50% (cinquenta por cento) pelo vendedor ou em 100% (cem por cento) pelo vendedor.

§ 9º – Na hipótese de que trata o inciso XI do § 3º deste artigo, a isenção é condicionada da seguinte forma, segundo o subitem:

I – 1.9.2 ou 1.9.3.1, ao recolhimento ao fundo, em operações interestaduais, à razão de 50% (cinquenta por cento) pelo adquirente e 50% (cinquenta por cento) pelo vendedor ou em 100% (cem por cento) pelo vendedor;

II – 1.9.3.2 e nas operações interestaduais, ao recolhimento pelo vendedor;

III – 1.9.3.3, ao recolhimento pela integradora;

IV – 1.10, ao recolhimento pela empresa promotora do leilão de animais.

§ 10 – Nas hipóteses de operação interna previstas no § 8º e no inciso I do § 9º deste artigo, a integralidade do recolhimento para o referido fundo será de competência do adquirente, competindo-lhe reter e recolher a parte do vendedor.”

Art. 2º – O art. 96 da Lei nº 6.763, de 1975, passa a vigorar acrescido do § 6º:

“Art. 96 – (...)

§ 6º – O prazo para pagamento das taxas previstas no item 1.9 e 1.10 da Tabela A será:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente à transação, nas hipóteses dos itens 1.9.1.1.1, 1.9.2, 1.9.3.1 e 1.9.3.3;

II – até a emissão da guia de trânsito, na hipótese da operação interestadual a que se refere o item 1.9.3.2;

III – até a realização do evento, na hipótese do item 1.10.”

Art. 3º – A Tabela A da Lei nº 6.763, de 1975, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo desta lei.

Art. 4º – O Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – fica autorizado a celebrar convênio com fundo privado, com os estabelecimentos destinados ao abate de animais e com os estabelecimentos que recebam leite *in natura*, com a finalidade de:

I – instituir programa de indenização complementar à indenização prevista na Lei Federal nº 569, de 21 de dezembro de 1948, nos casos de abates sanitários;

II – repassar as informações inerentes a recolhimento ao fundo privado.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

(a que se refere o art. 3º da Lei nº ,de de de 2017)

TABELA A

(a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975)

LANÇAMENTO E COBRANÇA DA TAXA DE EXPEDIENTE RELATIVA A ATOS DE AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS

Item	Discriminação	Quantidade (UFEMG)		
		por vez, dia, unidade, função, processo, documento, sessão	por mês	por ano

(...)				
1.6	Emissão de certificado de vacinação ou documento sanitário equivalente, por animal comercializado	0,50		
(...)				
1.9	Emissão de guia de trânsito e para registro quantitativo de rebanho, equivalente:			
1.9.1	Para bovino:			
1.9.1.1	Para trânsito:			
1.9.1.1.1	Por animal destinado ao abate	0,80		
1.9.1.1.2	Nas demais hipóteses	0,50		
1.9.2	Para controle de registro quantitativo de animais: Bovinos destinados à produção de leite, por 1000 (mil) litros ou fração inferior, por mês	0,15		
1.9.3	Para suíno ou ave, para trânsito, por guia emitida:			
1.9.3.1	Destinado ao abate:	6,48		
1.9.3.2	Entre produtores	3,24		
1.9.3.3	Entre produtores e indústria integrados	3,24		
1.9.4	Para os demais animais comercializados	0,50		
1.10	Registro de leilão de animais, por evento	92,26		

– Anexe-se ao Projeto de Lei nº 3.807/2016. Publicada, fica a Mensagem em poder da Mesa, aguardando a inclusão da proposição em ordem do dia.

MENSAGEM Nº 290/2017

(Correspondente à Mensagem nº 321, de 31 de julho de 2017)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do inciso II do art. 70 da Constituição do Estado, decidi vetar parcialmente, por considerar inconstitucional e contrária ao interesse público, a Proposição de Lei nº 23.563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais.

Ouidas a Secretaria de Estado de Cultura, a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, concluo, no exercício da competência prevista no inciso VIII do art. 90 da Constituição do Estado, pelo veto da alínea “g” do item 2, do item 37, do item 43, do item 88, das alíneas “b”, “c” e “i” do item 93 e do item 102, todos do Anexo I da Proposição.

“2. (...)

g) realizar concurso público para contratação de professores com formação específica ou com comprovação de experiência nas áreas abrangidas pela Lei Federal nº 13.278, de 2016, em especial artes cênicas, artes visuais e música, tendo como meta dotar todas as escolas estaduais desses profissionais até o final do quinto ano de vigência deste plano e incluir nos programas de provas de

concurso público para professor da educação básica conteúdos relacionados aos temas abrangidos nas Leis Federais nº 10.639, de 2003, nº 11.645, de 2008, e nº 13.006, de 2014;

(...)

37. Garantir isenção das taxas de locação para produções mineiras nos espaços vagos da agenda de programação dos espaços públicos, a partir de editais que envolvam a cadeia produtiva das diferentes áreas artístico-culturais.

(...)

43. Disseminar, por meio da articulação da rede de canais de TV existentes no Estado, o conteúdo audiovisual produzido prioritariamente por profissionais mineiros ou que tenham atuação comprovada em Minas Gerais, com a meta de que, em até dez anos, 70% (setenta por cento) do conteúdo exibido seja mineiro e metade desse percentual seja do interior de Minas Gerais.

(...)

88. Aplicar, anualmente, pelo menos 1,5% (um vírgula cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, no Sistema Estadual de Cultura e na implementação de políticas públicas de cultura, além de viabilizar novas fontes de financiamento, até o fim do primeiro ano de vigência deste plano.

(...)

93. (...)

b) analisar a viabilidade de destinar para o FEC uma parcela da receita oriunda do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e de outros impostos estaduais, da Loteria Mineira e da contribuição de pessoas físicas, tendo como metas concluir essa análise até o fim do segundo ano de vigência deste plano e implementar as medidas até o fim do ano subsequente, se for o caso;

c) analisar a viabilidade de destinar obrigatoriamente para o FEC uma porcentagem dos *royalties* recebidos pelo Estado, garantindo-se a destinação direta de 20% (vinte por cento) desses recursos para os segmentos culturais dos municípios onde se deu o fato gerador, tendo como metas concluir essa análise até o fim do segundo ano de vigência deste plano e implementar a medida recomendada pelo estudo no ano subsequente, se for o caso;

(...)

i) viabilizar a alocação, no sistema de financiamento da cultura, de recursos oriundos de crédito tributário inscrito em dívida ativa, tendo como metas a conclusão do estudo até o primeiro ano de vigência deste plano e a implementação das medidas até o fim do ano subsequente, se for o caso;

(...)

102. Criar, após estudo de referência, no prazo máximo de dois anos após a implantação deste plano, agência ou órgão regulamentador da captação de recursos públicos destinados à cultura, visando a garantir uma distribuição mais equânime desses recursos, com especial atenção para os recursos distribuídos por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.”.

Razões de Veto:

Nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 66 e do inciso XIV do art. 90, ambos da Constituição do Estado, é de iniciativa privativa do Governador a organização dos órgãos da administração pública. Neste sentido, padecem de inconstitucionalidade por vício de iniciativa os seguintes itens do Anexo I desta Proposição, todos acrescidos ou alterados no âmbito da Assembleia:

I – alínea “g” do item 2, que define a formação específica, a comprovação de experiência, bem como a inclusão de temas nos concursos públicos para professor da educação básica;

II – item 37, que prevê isenção das taxas de locação para produções mineiras nos espaços vagos da agenda de programação dos espaços públicos;

III – item 43, que redefine a abrangência e estabelece meta temporal para disseminação de conteúdo audiovisual produzido prioritariamente por profissionais mineiros ou que tenham atuação comprovada em Minas Gerais;

IV – alínea “c” do item 93, que estabelece a destinação direta de 20% (vinte por cento) dos *royalties* recebidos pelo Estado para os segmentos culturais dos municípios onde se deu o fato gerador;

V – item 102, que determina a criação de agência ou órgão regulamentador da captação de recursos públicos destinados à cultura.

Nos termos do inciso IV do art. 167 da Constituição da República e do inciso IV do art. 161 da Constituição do Estado, é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa. Assim, são inconstitucionais por vincular receitas de impostos estaduais ao Sistema Estadual de Cultura e ao Fundo Estadual da Cultura – FEC – os seguintes itens do Anexo I, desta Proposição, acrescidos ou alterados no âmbito da Assembleia:

I – item 88, que determina a aplicação anual de, pelo menos, 1,5% (um vírgula cinco por cento) da receita resultante de impostos no Sistema Estadual de Cultura e na implementação de políticas públicas de cultura;

II – alínea “b” do item 93, que determina a análise da viabilidade de destinar para o FEC receitas oriundas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e de outros impostos estaduais;

III – alínea “i” do item 93, que determina a viabilização da alocação de recursos oriundos de crédito tributário inscrito em dívida ativa no sistema de financiamento da cultura.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a vetar parcialmente a proposição em comento, as quais ora submeto ao necessário reexame dessa egrégia Assembleia Legislativa.

Fernando Damata Pimentel

Governador do Estado

– À Comissão Especial.

OFÍCIOS

Do Sr. André Leite Praça, corregedor-geral de justiça, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 8.803/2017, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Andressa de Oliveira Lanchotti, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 7.500 e 7.501/2017, da Comissão de Agropecuária.

Do Sr. Carlos Henrique Perpétuo Braga, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.746/2017, da Comissão de Administração Pública.

Do Sr. Frederico Delfino, diretor de Operação Sul da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.511/2017, da Comissão de Minas e Energia.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.925/2016, da Comissão de Educação.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.215/2016, da Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.634/2017, da Comissão de Administração Pública.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.705/2017, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.820/2017, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.826/2017, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.928/2017, da Comissão de Transporte.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.934/2017, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.966/2017, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.971/2017, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.975 e 6.976/2017, da Comissão de Meio Ambiente.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.204/2017, da Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.231/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.233/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor.

Da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.254/2017, da Comissão de Defesa do Consumidor.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente (deputado Dirceu Ribeiro) – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.470/2017

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cássia o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cássia o imóvel com área de 15.139 m² (quinze mil e cento e trinta e nove metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Avenida Amazonas, lado ímpar, estando à 200 metros da

esquina mais próxima, que é a da Rua Teófilo Batista, no Município de Cássia, e registrado sob o nº 5.565, a fls. 1 do Livro 2-AB, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cássia.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se a realização de atividades esportivas e de lazer para a população vulnerável residente na comunidade.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 10 (dez) anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de agosto de 2017.

Deputado Cássio Soares – PSD

Justificação: O imóvel a ser doado será destinado à realização de atividades esportivas e de lazer para a população vulnerável residente na comunidade, incentivando a prática de atividades saudáveis e possibilitando maior interação entre os moradores da comunidade, sendo certa importância da proposição, motivo pelo qual conto com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.077/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Paraguaçu pelo 104º aniversário do município, comemorado em 30/7/2017. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.078/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Silvianópolis pelo 106º aniversário do município, comemorado em 30/7/2017. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.079/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Virgínia pelo 106º aniversário do município, comemorado em 30/7/2017. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.080/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 63º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/7/2017, em Arcos, que possibilitou o socorro a duas pessoas vítimas de um incêndio; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Coronel Piccinini. Anexe-se ao Requerimento nº 8.061/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 8.081/2017, do deputado Inácio Franco, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para o aumento do efetivo policial no Município de Andradas. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Requerimento nº 7.879/2017, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 8.082/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Elói Mendes pelo 106º aniversário do município, comemorado em 30/7/2017. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.083/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Conceição do Rio Verde pelo 106º aniversário do município, comemorado em 30/7/2017. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.084/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de providências com vistas à instauração do processo de tombamento da Igreja Nossa

Senhora do Rosário, no Município de Paraopeba, em virtude de suas características históricas e de sua relevância para o município. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.085/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que seja editada portaria que regule especificamente o transporte intermunicipal de escolares, independentemente da regulamentação do transporte fretado, tendo em vista a especificidade desse tipo de serviço e a necessidade de garantia da vida, da segurança e da educação dos alunos da educação básica que transitam diariamente pelas rodovias do Estado. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.086/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para instauração do processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário, no Município de Paraopeba, em virtude de suas características históricas e de sua relevância para o município. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 8.087/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 62º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 31/7/2017, em Caratinga, que resultou na apreensão de drogas e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.088/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para que a Empresa Gardênia, permissionária da linha de ônibus Cristina e Itajubá (via Maria da Fé), preste o serviço com regularidade e pontualidade, tendo em vista as reclamações registradas pela população usuária desse serviço. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.089/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 64º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/8/2017, em Alterosa, em que impediram um assalto a uma agência bancária; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.090/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Receita Federal pedido de providências para rever a Instrução Normativa nº 1.719/2017, que altera a tributação das *startups*, tendo em vista que sua implementação irá inviabilizar e desestimular investimentos no setor. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 8.091/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar e na 3ª Companhia Independente da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/8/2017, em Iturama, que resultou na apreensão de um menor e de cerca de 580 kg de maconha; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.092/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 11ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/7/2017, em Montes Claros, que resultou na apreensão de drogas e na prisão de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.093/2017, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a real situação financeira do Estado, as projeções de arrecadação diante das despesas e, caso o índice prudencial já tenha sido ultrapassado, quais medidas foram ou serão adotadas, especialmente em relação às despesas com pessoal do Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Questão de Ordem

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero ocupar a tribuna, nesta tarde, para dizer que acabei de protocolar na nossa secretaria, para que seja apresentado à Comissão de Desenvolvimento Econômico e também ao Plenário, requerimento solicitando que a Receita Federal revise a Instrução Normativa nº 1.719/2007, que determina que os rendimentos dos aportes feitos em *startups* estão sujeitos à tributação do Imposto de Renda. A adoção dessa medida será um retrocesso para o setor de inovação tecnológica, que já enfrenta sérias dificuldades para a atuação de investimentos. Com a nova tributação, com certeza haverá grande desinteresse por parte dos investidores, que terão aporte nas *startups* de alto risco. Está tramitando na Assembleia Legislativa um projeto de lei de minha autoria, juntamente com o deputado Antonio Carlos Arantes. Já fizemos várias reuniões, houve um fórum, fomos a todas as regiões, tendo em vista a importância da inovação tecnológica, o empreendedorismo das *startups*. Lamentavelmente, hoje, tomamos conhecimento dessa medida da Receita Federal de tributar ainda mais o setor, onerando todas as *startups* do Brasil, particularmente do nosso Estado de Minas Gerais. Trago a nossa preocupação aqui mais uma vez. Não podemos concordar com isso em momento algum. Fazemos apelo à Receita Federal, para que possa rever essa injusta medida de tributação. Aproveito a oportunidade para registrar que estão aqui conosco as vereadoras e os vereadores da nossa querida capital do pé de moleque, Piranguinho. Na pessoa do presidente da câmara, Ricardo Muniz Rennó, saúdo a Andrea Aparecida, o João de Deus, o Ronaldo e os demais vereadores que estão participando de um curso aqui na Assembleia Legislativa. Agradeço a presença de todos. Muito obrigado, presidente.

Registro de Presença

O presidente – Registramos a presença, nas galerias, do prefeito de Cajuri, Sr. Ricardo Andrade.

Oradores Inscritos

– Os deputados Rogério Correia, Arnaldo Silva, João Leite e Doutor Jean Freire proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidente (deputada Rosângela Reis) – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, V. Exa. pode verificar de plano que só há quatro deputados em Plenário: eu, V. Exa., o deputado Doutor Jean Freire e o deputado Antônio Jorge. Portanto, não há quórum para continuação dos trabalhos. Peço V. Exa. o encerramento de plano.

Encerramento

A presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 3, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/6/2017

Às 10h15min, comparecem no Teatro Municipal Sebastião Furlan, no Município de São Sebastião do Paraíso, os deputados Carlos Pimenta, Antônio Jorge e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a crise financeira dos hospitais filantrópicos no Sul e Sudoeste de Minas Gerais em razão do atraso no repasse de verbas pelo governo do Estado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Maria Costa Cândido Lacerda, analista técnico de políticas sociais do Ministério da Saúde, representando o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde; Hosana Cabral Santi, consultora de Captação de Recursos da Santa Casa de São Sebastião do Paraíso; e os Srs. Eduardo Luiz da Silva, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais; Rodrigo Aparecido Lopes, prefeito municipal de Andradas e presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Macrorregião do Sul de Minas; Walker Américo Oliveira, prefeito municipal de São Sebastião do Paraíso; Marcelo de Moraes, presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso; Adriano Rosa do Nascimento, interventor da Santa Casa de São Sebastião do Paraíso; Antônio Donizete Lopes, supervisor de Políticas do SUS, representando o provedor da Santa Casa de Misericórdia de Passos; Wandelson Aparecido Bicego, secretário Municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso; e João Batista da Silva, chefe da Auditoria do Ministério Público de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Antonio Carlos Arantes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte da Ordem do Dia, que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 8.820/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Antônio Jorge e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao secretário de Saúde para levar a seu conhecimento as demandas para a melhoria da assistência em saúde na macrorregião Sul de Minas Gerais, apresentadas por autoridades e cidadãos;

nº 8.821/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Antônio Jorge e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao Ministério da Saúde para debater a ampliação das bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na macrorregião Sul do Estado;

nº 8.822/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para o restabelecimento do teto financeiro para custeio da rede de assistência em cardiologia em São Sebastião do Paraíso e região, conforme o Plano Diretor de Regionalização, que em 2014 era de R\$ 504.000,00 mensais e, atualmente, está em R\$ 228.000,00 mensais;

nº 8.823/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Carlos Pimenta, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para implementação da rede de assistência em oftalmologia na macrorregião Sul do Estado;

nº 8.824/2017, dos deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para ampliar as bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na macrorregião Sul do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Geraldo Pimenta – Doutor Wilson Batista – Bonifácio Mourão.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/6/2017

Às 16h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Vítor Xavier, Bosco, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Leonídio Bouças, por indicação da liderança do BMM) e Dirceu Ribeiro (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.854/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública na região do Triângulo para debater os prejuízos para a Cemig e para o Estado decorrentes da possibilidade de perda das usinas hidrelétricas de Jaguara, Miranda e São Simão, tendo em vista a Portaria MME nº 133, de 2017, que autoriza a Aneel a promover leilão para outorga de concessão dessas usinas;

nº 8.855/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada visita ao Ministério da Fazenda para apresentar manifestação contrária ao leilão para outorga de concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara, São Simão e Miranda e a favor da prorrogação pelo prazo de 20 anos da concessão das referidas usinas hidrelétricas à Cemig;

nº 8.857/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Águas – ANA – pedido de providências para que o programa Fazendeiro Produtor de Água seja incluído nas ações de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;

nº 8.858/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater medidas e estratégias de combate à seca que assola a região Norte do Estado, inclusive a Bacia do Rio São Francisco, por cinco anos contínuos;

nº 8.860/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública em Carmo do Rio Claro para debater a cobrança da tarifa de esgoto pela Copasa-MG no município;

nº 8.862/2017, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja realizada audiência pública em Alpinópolis para debater a cobrança da tarifa de esgoto pela Copasa-MG no município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2017.

João Vítor Xavier, presidente – Sargento Rodrigues – Cristiano Silveira.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Célia Maria Corsino, superintendente do Instituto

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* de 8/6/2017. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.961/2016 e 4.009/2017, em turno único (deputado Bosco) e 942/2015, no 1º turno (deputado Elismar Prado). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 3.252/2016 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e 4.009/2017 na forma do Substitutivo nº 2 (relator: deputado Bosco); e, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.805/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado Bosco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.937 e 3.961/2016. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.671/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.944/2017, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – e à Procuradoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico em Belo Horizonte pedido de providências para formulação de um parecer acerca da política pública relativa à preservação do patrimônio cultural;

nº 8.945/2017, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – e à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para realizar levantamento dos bens culturais tombados do Município de Além Paraíba que foram pontuados para o repasse de verbas do ICMS cultural;

nº 8.947/2017, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – e à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para formular parecer acerca do uso de verbas públicas em imóveis e bens culturais particulares tombados, tratando dos fundamentos e da legislação pertinentes à matéria, em atendimento a pedido do vereador Rodrigo José França, do Município de Além Paraíba.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Empresa Mineira de Comunicação Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, realizada em 31/5/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Bosco, presidente – Elismar Prado – Rosângela Reis.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Cultura e Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Local visitado: Empresa Mineira de Comunicação – EMC

Centro de Cultura Presidente Itamar Franco

Apresentação

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.918/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, as Comissões de Cultura e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas visitaram, em 31/5/2017, a nova sede da Empresa Mineira de Comunicação, em Belo Horizonte.

Participaram da visita o deputado Bosco, presidente da Comissão de Cultura, e o deputado Celinho do Sinttrocel, membro efetivo da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, e a acompanharam o Secretário de Estado de Cultura, Ângelo

Oswaldo de Araújo Santos, o presidente da Empresa Mineira de Comunicação e da Rádio Inconfidência, Flávio Henrique Alves de Oliveira, a presidente da Rede Minas, Jordana Souza Cruz Almeida, bem como integrantes das equipes técnicas das referidas instituições.

Relato

A visita foi motivada pela mudança da Rádio Inconfidência, que completa 80 anos em 2017, e da Rede Minas – que integram a Empresa Mineira de Comunicação – para suas novas sedes, no Centro de Cultura Presidente Itamar Franco. O local já abriga a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais e a Mineiraria, espaço destinado à valorização da gastronomia mineira, que funciona em casarão histórico tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. O Centro de Cultura Itamar Franco, com mais de 14.000m², recebeu investimentos de aproximadamente R\$250.000.000,00 da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig.

Os deputados foram informados que a estrutura da nova sede da Rádio Inconfidência conta com quatro estúdios de gravação, todos com consoles de áudio digitais e *workstations* de alta performance, placas de áudio profissionais e mobiliário técnico especificamente projetado para esses espaços. As salas receberam tratamento acústico, tanto nas cabines de gravação quanto nas de operação. De acordo com os responsáveis, a premissa do projeto foi agilizar os trabalhos de edição, permitir maior conforto das equipes e promover a excelência técnica dos materiais de áudio produzidos.

Também foram instalados três estúdios de continuidade: um para transmissões AM, outro para transmissões FM e um terceiro para ser utilizado se um dos demais eventualmente parar de operar. Todos os três estúdios são dotados de consoles de áudio digitais integrados por tecnologia IP, que é o sistema mais moderno em termos de radiodifusão no mundo.

Além dos estúdios de gravação e de continuidade, foi instalado um estúdio musical, concebido para performances ao vivo, com amplificadores de baixo, guitarra, piano e bateria. Esse estúdio reforça a vocação da Rádio Inconfidência de fortalecer a Música Popular Brasileira e de gerar oportunidades de divulgação de trabalhos musicais de artistas e bandas nacionais.

A nova Central Técnica da Rádio Inconfidência permitirá que todos os estúdios estejam integrados na estrutura de produção, além de possibilitar que diversos eventos externos possam ser realizados simultaneamente. O sinal da Rádio Inconfidência, por meio dos novos *links*, chegará à Serra do Curral de forma limpa e livre de interferências, podendo ser retransmitido aos ouvintes com a máxima qualidade. Também foi realizado, de acordo com os gestores da Rádio, um grande investimento na estrutura de armazenamento e gerenciamento de dados da área de TI, de modo a garantir a segurança dos dados de navegação na internet. Novas estações de trabalho foram instaladas para todos os servidores da Rádio, permitindo maior conforto e produtividade.

Ressalte-se que a Rádio Inconfidência tem 121 servidores, 11 trabalhadores vinculados à MGS e 11 estagiários. O custo de suplementação orçamentária para efetivação da mudança para a nova sede foi aproximadamente de R\$3.700.000,00, incluindo-se os equipamentos e serviços necessários à transferência.

Já a Rede Minas possui 242 servidores, entre efetivos, de recrutamento amplo e de contrato temporário, de acordo com dados referentes a maio de 2017. Além desses, há 63 prestadores de serviços de conservação e limpeza, portaria e outros de suporte administrativo.

No prédio da nova sede da Rede Minas, no Centro de Cultura Presidente Itamar Franco, a emissora ocupará cerca de cinco andares. Estão em fase final de instalação estúdios com tecnologia digital e especialmente adequados para as atividades de produção televisiva, o que possibilitará maior qualidade da transmissão dos sinais. São dois estúdios para gravação dos programas, com áreas de 239m² e 233m² respectivamente; e um estúdio de jornalismo projetado de acordo com o conceito de *newsroom* – no qual profissionais, mesas e aparelhos da equipe de redação integram o cenário do telejornal –, com área de 290m². O custo total das aquisições de equipamentos e serviços para a nova sede foi em torno de R\$ 13.350.000,00.

O presidente da EMC e da Rádio Inconfidência, Flávio Henrique Alves de Oliveira, anunciou aos deputados que a transmissão inaugural da Rádio Inconfidência já estava agendada para dia 12 de junho. A Rede Minas, por sua vez, deve iniciar suas operações no local apenas a partir de 1º/8/2017.

Ele salientou ainda que a criação da empresa, por meio da Lei nº 22.294, de 2016, que promoveu ampla reforma administrativa no Estado, foi inspirada no Projeto de Lei nº 4.506/2013, de autoria do deputado Celinho do Sinttrocel.

De acordo com Flávio Henrique, a área administrativa da EMC já estava em funcionamento no local, mas a previsão é que as instalações estejam completamente finalizadas até o final do ano. Ele afirmou também que a construção do Centro de Cultura Presidente Itamar Franco representa um ganho de sinergia entre as áreas administrativas e técnicas das duas emissoras de comunicação pública e que, na próxima etapa dos trabalhos, o desafio será consolidar a integração das equipes.

O secretário de Estado de Cultura, Ângelo Oswaldo, destacou que a EMC representa racionalização de gastos públicos, uma vez que os equipamentos poderão compartilhar os espaços e os serviços administrativos, além de promover a qualidade da comunicação pública em Minas Gerais, processo que contou com o apoio da Assembleia Legislativa durante a tramitação da reforma administrativa do Estado.

O deputado Bosco lembrou que a nova estrutura da empresa já é referência para a comunicação pública no País, tendo em vista os investimentos em estrutura, tecnologia e qualidade jornalística.

O deputado Celinho do Sinttrocel ressaltou que o Centro de Cultura Presidente Itamar Franco é o mais importante empreendimento no setor audiovisual no Estado. De acordo com o parlamentar, o desafio agora será aprimorar as carreiras dos profissionais da Rádio Inconfidência e da Rede Minas, para que possíveis assimetrias entre as situações funcionais das equipes sejam corrigidas.

Conclusão

A visita foi considerada profícua, pois inaugurou possíveis intercâmbios entre as comissões visitantes e a Empresa Mineira de Comunicações. Os parlamentares tiveram boa impressão da qualidade das instalações. Todos manifestaram interesse em realizar nova visita, a ser oportunamente agendada, para verificar o pleno funcionamento da instituição, quando todas as instalações tiverem sido concluídas.

Sala das Comissões, 28 de junho de 2017.

Bosco, relator.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 29/6/2017

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Geraldo Pimenta, Cristiano Silveira (substituindo o deputado Doutor Jean Freire, por indicação da liderança do BMM) e Glaycon Franco (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Geraldo Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte da Ordem do Dia, que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.498/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 1.607/2015 (relator: deputado Glaycon Franco), ambos na forma do vencido no 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Carlos Pimenta, presidente – Bonifácio Mourão – Geraldo Pimenta – Doutor Jean Freire.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/7/2017**

Às 15h2min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê, João Leite e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Arildo Pinto da Cunha, Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Superintendência de Agricultura em Minas Gerais (24/6/2017). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 64/2017 na forma do vencido em 1º Turno, com a Emenda nº 1, apresentada (relator: deputado Felipe Attiê), e Projeto de Lei nº 212/2015 (relator: deputado João Leite). Registra-se a presença do deputado Douglas Melo. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.511, 7.773 e 7.774/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.978/2017, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências com vistas à melhoria e expansão do sistema de abastecimento de água no Município de Espinosa, considerando-se a demanda crescente dos consumidores da região, e à substituição da rede atual, que é de ferro fundido;

nº 8.979/2017, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências com vistas à regularização do atendimento telefônico pelo número 115, bem como à melhoria da qualidade do atendimento presencial do cidadão no Município de Espinosa, no que diz respeito às reclamações quanto à má qualidade do serviço de abastecimento de água;

nº 8.980/2017, do deputado João Leite, em que requer seja realizada visita ao Município de Espinosa para se verificarem as condições da estação de tratamento de água da Copasa, bem como da Barragem de Estreito, que abastece o município;

nº 8.981/2017, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsaem-MG – pedido de informações sobre os procedimentos que vêm sendo realizados para atendimento às reclamações apresentadas pela Sra. Maria Nilza Ramos Pereira quanto à falta de qualidade dos serviços prestados pela Copasa no Município de Espinosa;

nº 8.984/2017, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde do Município de Espinosa pedido de informações sobre o registro de doenças potencialmente ocasionadas pela má qualidade da água consumida na região;

nº 8.985/2017, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que seja estipulado um prazo razoável para a solução das demandas apresentadas na audiência pública realizada em 7/6/2017, relativas à melhoria dos serviços de abastecimento de água no Município de Espinosa;

nº 8.991/2017, do deputado João Leite, em que requer sejam encaminhadas ao Procon da ALMG as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 7/6/2017, que teve como finalidade debater as reclamações apresentadas pela população do Município de Espinosa quanto à falta de qualidade dos serviços prestados pela Copasa;

nº 8.997/2017, do deputado João Leite, em que requer sejam encaminhadas à Ouvidoria da Arsae, ao Ministério Público da Comarca de Espinosa, à Copasa-MG, à Prefeitura Municipal de Espinosa, à Câmara Municipal de Espinosa e à Sra. Maria Nilza Campos Ferreira as notas taquigráficas da reunião ordinária ocorrida no dia 7/6/2017, que teve como finalidade debater as reclamações apresentadas pela população do Município de Espinosa quanto à falta de qualidade dos serviços prestados pela Copasa-MG;

nº 8.999/2017, do deputado João Leite, em que requer seja realizada audiência pública para debater a atuação de empresas de *telemarketing* no Estado e as inúmeras denúncias de desrespeito aos direitos de consumidores;

nº 9.002/2017, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja encaminhado à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais – Fecomércio – pedido de informações sobre o cumprimento da Lei Federal nº 12.741, de 2012, que determina que nos documentos fiscais de produtos e serviços comercializados para o consumidor sejam discriminados os tributos incidentes sobre a venda;

nº 9.004/2017, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja realizada audiência pública para debater os protestos das dívidas dos contribuintes no que tange aos tributos estaduais;

nº 9.008/2017, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja realizada audiência pública para debater e propor soluções para o grave problema, que vem lesando o consumidor, da cobrança indevida do ICMS sobre a totalidade do valor das contas de energia elétrica.

A presidência, nos termos do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber o Requerimento nº 9.011/2017, do deputado Felipe Attiê, em que requer seja realizada reunião especial, no Plenário, para comemorar os 60 anos da assinatura do acordo Japão-Minas para instalação da Usiminas no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Felipe Attiê, presidente – Duarte Bechir – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017

Às 11h13min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Anselmo José Domingos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 617/2015 é retirado de pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Anselmo José Domingos. O Projeto de Lei nº 943/2015 é retirado de pauta por determinação do presidente por não cumprir pressupostos regimentais. São convertidos em diligência, a requerimento dos relatores, os Projetos de Lei nºs 662, 877 e 1.066/2015, todos no 1º turno, ao Departamento Estadual de Trânsito – Detran-MG. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.851, 6.901 a 6.904, 6.906 a 6.908, 7.097, 7.099, 7.195, 7.196, 7.198 a 7.200, 7.302, 7.412, 7.415, 7.417, 7.418, 7.438, 7.439, 7.479 a 7.483, 7.589 e 7.590/2017. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.776 e 3.787/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 8.350, 8.370, 8.636, 8.952, 8.954 a

8.957, 8.959 e 8.960/2017. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.016/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vivo Telecomunicações pedido de providências para a instalação e habilitação de antena com sinal de telefonia móvel no perímetro urbano do Município de Jacinto;

nº 9.017/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vivo Telecomunicações pedido de providências para a instalação e habilitação de antenas com sinal de telefonia móvel no Município de Rubim;

nº 9.018/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vivo Telecomunicações pedido de providências para a instalação e habilitação de antenas com sinal de telefonia móvel no Município de Salto da Divisa;

nº 9.019/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vivo Telecomunicações pedido de providências para a instalação e habilitação de antenas com sinal de telefonia móvel no Município de Santa Maria do Salto;

nº 9.020/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a instalação de equipamentos repetidores de sinal de rádio da rede da Polícia Civil nos mesmos pontos existentes da Polícia Militar, nos municípios componentes da Delegacia Regional de Polícia Civil de Capelinha;

nº 9.021/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer sejam encaminhadas ao Ministério Público de Capelinha e à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 30/6/2017, nesse município;

nº 9.022/2017, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado à Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – pedido de informações contendo o contrato de concessão que abrange o município de Capelinha e região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo José Domingos.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2017

Às 10h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Luiz Humberto Carneiro e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de documentos referentes ao Projeto de Lei nº 4.212/2017, necessários à sua tramitação, em atenção a pedido de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos ao referido projeto. Comunica também o recebimento de ofícios do deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, solicitando sejam incluídos na pauta da comissão os Projetos de Lei nºs 2.833/2015, a requerimento do deputado Doutor Jean Freire, e 3.327/2017, a requerimento do deputado Geraldo Pimenta, ambos aprovados pela Comissão de Saúde. O presidente suspende a reunião. Encerra-se a reunião por decurso de prazo.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Leonídio Bouças, presidente – Bonifácio Mourão – Hely Tarquínio – Isauro Calais – Sargento Rodrigues.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2017

Às 15h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a infraestrutura logística do Estado de Minas Gerais, em razão do Decreto nº 47.182, de 2017, que dispõe sobre o Comando de Aviação do Estado, com vistas a subsidiar o Projeto de Resolução nº 43/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Joseli Ramos Pontes, promotora de Justiça; e os Srs. 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais – Ascobom; Michael André Santos, diretor institucional do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente; René Zabala, presidente da União dos Penitenciários Argentina Córdoba; Júlio Gimenez e Eduardo, diretores da União dos Penitenciários Argentina Córdoba; Cel. BM Altamir Penido da Silva, 2º-vice-presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Bombeiros Militar; e Matuzail Martins da Cruz, coronel da reserva. A presidência concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

João Magalhães, presidente – Dirceu Ribeiro – Cássio Soares – Cristiano Silveira.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2017

Às 10h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Glaycon Franco e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Celinho do Sinttrocel, presidente da Comissão de Trabalho, Previdência e Assistência Social, em que solicita informações e encaminhamentos relacionados ao relatório da Comissão das Barragens, e do Sr. Waldir José da Cunha, síndico do Condomínio Bairro Estância do Hibisco, em que solicita a canalização/urbanização do córrego que passa pela divisa desse condomínio com o Bairro Santa Luzia e pela Avenida Santa Rita, em Contagem. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (3/2, 9/3 e 6/4/2017); e Flávia Cristina Tavares Tôres, procuradora da República no Município de Passos (17/2/2017); e dos Srs. Rômulo Thomaz Perilli, diretor de Operação Metropolitana da Copasa (6/10/2016); Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (2 publicados em 8/12/2016 e um publicado em 27/1/2017); Vitor Valverde, secretário Municipal de Governo (10/1/2017); João Carlos Cardoso Galvão, reitor da Universidade Federal de Viçosa (27/1/2017); e

Theodorico Ferraço, presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (31/12/2016). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.927, 4.929, 5.167, 5.687 a 5.691, 5.693 a 5.697, 5.859, 5.860, 6.199, 6.200, 6.205, 6.213, 6.217 e 6.253/2016, 6.388, 6.394, 6.460, 6.473, 6.476, 6.494, 6.495, 6.558, 6.750, 6.847, 7.029, 7.242, 7.244, 7.245, 7.373, 7.374, 7.376, 7.378 e 7.380/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.056 a 9.062/2017. É recebido pela presidência e submetido a votação o Requerimento nº 9.137/2017, da deputada Marília Campos e dos deputados Geraldo Pimenta, Ivair Nogueira e Glaycon Franco, em que requerem seja realizada audiência de convidados para debater a proteção da Bacia Hidrográfica de Vargem das Flores no Macrozoneamento Metropolitano, elaborado pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Geraldo Pimenta – Marília Campos.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/7/2017

Às 9h13min, comparece na Sala das Comissões o deputado Doutor Jean Freire, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a, em audiência pública, debater e comemorar os 27 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andréa Francisca dos Passos, gerente de Coordenação de Projetos Especiais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Débora Maria David da Luz, coordenadora do Curso de Serviço Social da PUC Minas; Maria das Dores Nunes Lopes e Souza, secretária do Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares, representando o presidente; Regina Helena Cunha Mendes, coordenadora do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte; Elvira Miriam de Mello Cosendey, coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente de Minas Gerais; e Alessandra Kelly Belmonte, representante do Fórum de Abrigos; e os Srs. Nilmário Miranda, secretário de Estado de Direitos Humanos; Pedro Patrus, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Marcelo Moreira de Oliveira, presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/PBH; Rudá Guedes Moisés Salerno Ricce, diretor-geral do Instituto Cultiva; Manuel Alfonso Díaz Muñoz, membro da Coordenação Colegiada e secretário-geral da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais – FDDCA, representando Renata dos Santos Vieira, membro da FDDCA; Moisés Barbosa Ferreira Costa, coordenador do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Estado de Minas Gerais; Lucas Fellipe Soares Diniz, beneficiário do Projeto Trampolim; e Alexandre César de Alexandre Costa, membro da Rede de Adolescentes e Jovens do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente – Geraldo Pimenta – Geisa Teixeira.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/7/2017

Às 10h36min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Sargento Rodrigues e Duarte Bechir (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.141/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial, à aquisição de uma viatura de grande porte equipada com compartimento de segurança, à substituição dos coletes à prova de balas vencidos e à construção de uma nova sede para o destacamento da PMMG de Santa Margarida;

nº 9.142/2017, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Antônio Carlos Arantes, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento, em caráter de urgência, do efetivo e ao reestudo das escalas de serviço em destacamentos da instituição, considerando-se a fragilidade da força policial pelo baixo efetivo.

É recebido pela presidência para posterior apreciação o Requerimento nº 9.143/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os fatos ocorridos em 10 de julho de 2017 no Município de Santa Margarida, em que uma quadrilha assaltou duas agências bancárias e vitimou o vigilante Leonardo José Mendes e o Cb. Marcos Marques da Silva, bem como discutir o aumento dessa modalidade criminosa em todo o Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – João Magalhães – Antônio Jorge.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/7/2017

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Nozinho, Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.144/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Fazenda para debater os impactos do Decreto nº 47.180, de 2017, sobre a isenção de ICMS na compra de veículos por pessoas com deficiência;

nº 9.145/2017, dos deputados Duarte Bechir, Nozinho e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado ao Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz – pedido de providência com vistas a reajustar o preço máximo do veículo automotor, para efeito de isenção de ICMS para pessoas com deficiência, conforme dispõe o Convênio ICMS nº 38/2012, sugerindo-se reajuste do referido valor de R\$ 70.000,00 para R\$ 114.000,00, tendo em vista a defasagem do preço atual;

nº 9.146/2017, dos deputados Duarte Bechir, Nozinho e Doutor Jean Freire, em que requerem seja encaminhado pedido de providências à BHTrans com vistas à fiscalização da utilização das vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos idosos, especialmente nas imediações da ALMG.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os seguintes cidadãos presentes: a Sra. Eliane Vieira de Oliveira e os Srs. Adelmo Carneiro Leão, deputado federal, Jackson de Oliveira Santos, Ivan Batista da Silva, Antonio Carlos Franco Costa, Renato Henrique Gregório, João Augusto Vale Leal, Marcelo Delan da Silva, João Batista, Iran Celio Pinheiro de Abreu, Elias Gonçalves, Alexandre de Vasconcelos Costa e Jucelmário Prates. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Arnaldo Silva – Antonio Carlos Arantes.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2017

Às 11h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem e Anselmo José Domingos, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antonio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gustavo Corrêa e João Vítor Xavier. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a implantação de um novo acesso viário entre os Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Diego Andrade, deputado federal; Vítor Penido de Barros, prefeito de Nova Lima; André Luiz Rocha, secretário municipal de Planejamento de Nova Lima; Osvaldo Lara Filho, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Nova Lima; Sérgio Americano Mendes, presidente da Associação dos Amigos do Bairro Vila da Serra – Amavise –; e Luciano Caetano Couto, superintendente da Secretaria de Patrimônio da União. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Fábio Cherem, presidente.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/7/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Gisele Fernanda Rodrigues dos Santos Martins, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Jacqueline Paola Nascimento, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cabo Júlio;

nomeando Oswaldo Peixoto Guimarães, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Thiago Campos de Paula Martins, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Iran Barbosa.

**ERRATA****ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/8/2017, na pág. 45, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 8.020/2017, onde se lê:

“no 7º Batalhão de Polícia Militar”, leia-se:

“no 17º Batalhão de Polícia Militar”.